Notícias do dia 10 de abril

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 12

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
TCE - GO
Comissão de Saúde trata da mudanças no Ipasgo 4

JORNAL O HOJE - GO - CIDADES
TCE - GO
Privatização do Ipasgo pode acarretar custos altos aos servidores 5

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - JA 2ª EDIÇÃO
TCE - GO
Mudanças no IPASGO foram discutidas e criticados em nova audiência na ALEGO 7

RÁDIO CBN GOIÂNIA 97.1 FM - GOIÂNIA - GO - TARDE CBN
TCE - GO
Na Trilha da Política, com a jornalista política Cileide Alves 8

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Alteração do Ipasgo em debate 9

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Presidente da Alego diz que novas propostas para o Ipasgo serão analisadas com cuidado 11

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Representante da PGE também discursa em audiência que discute mudanças no Ipasgo 12

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Procuradora, representando a PGE, também discursa em audiência que discute mudanças no Ipasgo 13

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Representante do TCE diz que parecer do órgão precisa de aprovação da Alego para ter eficácia jurídica 14

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Gustavo Sebba pede que projeto de lei do Ipasgo se torne público para ser debatido 15

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Gomide faz uso da palavra durante audiência sobre mudanças no Ipasgo 16

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Autoridades marcam presença em audiência sobre o Ipasgo 17

LANCE GOIÁS - ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Privatização do Ipasgo pode acarretar custos altos aos servidores 18

ASSOCIAÇÃO GOIANA DE MUNICÍPIOS - GO - NOTICIAS
TCE - GO
Goiás sediará Simpósio Nacional de Educação - V SINED 20

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Autoridades marcam presença em audiência sobre o Ipasgo 21

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Gomide faz uso da palavra durante audiência sobre mudanças no Ipasgo 22

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Presidente da Alego diz que novas propostas para o Ipasgo serão analisadas com cuidado 23

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Audiência Pública governista: deputado Antônio Gomide (PT) desmente Vinicius Luz: "governo Caiado será o coveiro do Ipasgo" 24

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Audiência Pública governista: Bia de Lima detona Vinicius Luz, "como será o próximo cartel do Ipasgo?" 25

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Audiência Pública governista: Gustavo Sebba detona Vinicius Luz por fugir do debate, "falta de respeito com os 41 deputados e os usuários" 26

GOIÁS 24 HORAS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Não aguentou a pressão: Bruno Peixoto sinaliza para recuo do governo na privatização do Ipasgo 27

JORNAL O HOJE ON-LINE - GO - CIDADES
TCE - GO
Privatização do Ipasgo pode acarretar custos altos aos servidores 28

SINDJUSTIÇA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Audiência pública recebe autoridades do Estado para debate sobre regime jurídico 30

TRIBUNA DO PLANALTO ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Alteração da LOA 2023 é objeto de veto parcial do Governo 31

Comissão de Saúde trata da mudanças no Ipasgo

Saulo Mesquita, Gustavo Sebba e Antônio Gomide: rumos para Ipasgo Redação Sob a presidência do deputado Gustavo Sebba (PSDB), a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa realizou audiência pública sobre mudança de regime jurídico (SSA) do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). "Pedimos essa audiência entendendo que esta Casa é o local adequado para esse debate que já gerou polêmicas.

O motivo é debater e contextualizar, buscando entender todas as partes interessadas nessa mudança que está sendo proposta" A audiência contou com a participação do presidente do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-**GO**), **Saulo Marques Mesquita**, e do **conselheiro** **Celmar Rech**, além de diversos deputados estaduais e representantes do segmento da saúde. No entanto, o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz, e outros representantes do estado que foram convidados não compareceram.

Atendendo a uma determinação do Tribunal de Contas (**TCE**), o instituto deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA). O presidente do **TCE**-**GO**, **Saulo Mesquita**, afirmou que o órgão atua de maneira técnica e sem influência política.

O **conselheiro** do **TCE**-O, **Celmar Rech**, apresentou implicações da arrecadação do Ipasgo na receita corrente líquida do Estado, criando um espaço fiscal artificial. "Isso pode levar a um descumprimento do limite de despesa com pessoal. Além disso, o limite de endividamento do Estado também é computado com base na receita corrente líquida, o que pode levar a um endividamento maior do que o permitido') salientou o **conselheiro**.

Ele defendeu um modelo que preserve os direitos dos usuários e, ao mesmo tempo, permita a confecção correta de demonstrativos fiscais e contábeis.

Site: https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20230410&p=1

Privatização do Ipasgo pode acarretar custos altos aos servidores

Pagamento realizado por servidores não faz parte da Receita Líquida do Estado, informa SindsaúdeEm 22 de março, o Governo Estadual de **Goiás** apresentou uma proposta para mudar a natureza jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). Nesse sentido, deixando de ser uma autarquia para se tornar um Serviço Social Autônomo (SSA), regido pelas normas da Agência Nacional de Saúde (ANS), que poderá determinar, inclusive, um percentual anual de reajuste, sem discussão com os usuários. Porém essa mudança não agrada os servidores que utilizam os benefícios do órgão, o que tem gerado inúmeras discussões sobre o assunto.

A privatização do órgão pode gerar consequências que não estarão em consonância aos salários estabelecidos pelo estado aos servidores. Porém a modificação que está para ocorrer é articulada pela administração do instituto que tem evitado o diálogo com os trabalhadores, que anseiam por serem ouvidos.

Nesse sentido, explica a vice-presidente em exercício e futura presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde de **Goiás** (Sindsaúde), Néia Vieira, sobre a ausência de representação do Ipasgo em assembleias públicas.

"Na verdade, o presidente do IPASGO deu uma justificativa que não havia comparecido, porque estavam tratando da privatização do IPASGO.

Ora, se ele acredita que não é privatização, o papel do presidente do Ipasgo é comparecer às audiências públicas e levar as justificativas". Ademais," não é simplesmente deixar de ir às audiências públicas", completou ela.

Para os usuários do plano oferecido pelo Ipasgo, é por meio do diálogo que as demandas são apresentadas aqueles que deliberaram sobre os benesses. Como afirma a servidora Maria Helena Gomes, funcionária estadual desde 1982. "Quando o servidor é ouvido, as organizações podem tomar decisões que facilitam verdadeiramente a vida dessas pessoas, ao escutar a realidade e poderem fazer modificações que melhorem o serviço".

Assim sendo, o presidente do Ipasgo, Vinicius Luz, tem defendido que a mudança não significa uma privatização, entretanto não apresentou argumentação com os servidores.

Mas explicou no anúncio da proposta: "A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização.

O Estado continua tendo governança".

Nesta segunda-feira (12), às 15 horas, na **Alego** ocorrerá mais uma Audiência Pública, desta vez promovida pela Deputada Estadual Bia de Lima, contra a privatização do instituto. Esta é mais uma das várias tentativas de conversação sobre o que está para ser deliberado acerca do plano.

Mudanças A remodelação que mais preocupa os servidores está relacionada ao aumento da participação financiada por eles. Como aponta Maria Helena Gomes, "Com a mudança da administração certamente haverá uma cobrança extra que será descontada no salário dos servidores e dessa forma, o dinheiro mensal (que já é pouco) vai ficar ainda menor".

Sobre isso, a vice-presidente do Sindsaúde explicou o que pode ocorrer. "Eu acho que o principal problema que os servidores públicos vão encontrar é que o valor do plano de saúde não caberá mais no bolso deles. Em decorrência disso ela explica: "Os reajustes feitos pela da ANS são feitos anualmente, seguem os índices inflacionários vai ser diferente do que para usualmente é praticado pelo IPASGO que tem uma tabela própria e uns valores de reajustes normalmente se dão de acordo com aquilo que é feito pelo estado e que está de acordo com os reajustes feitos ao servidor público".

Além disso outros benefícios que os servidores têm podem ser perdidos, "Pelas regras da ANS alguns dos procedimentos que hoje são cobertos pelo IPASGO e que não tem custo para o usuário como por exemplo tratamento oncológico e domiciliar eles passam a ser cobrados pela tabela da ANS". Dessa forma alterando a cobertura do plano.

Para os servidores usufruírem do Ipasgo, uma contribuição tem sido implicada a eles, e uma vez que

há diversos cargos os quais esses ocupam, as contribuições são diversas e proporcionais a seus pagamentos. Caso o instituto seja privatizado está modelação toma uma nova direção.

Sobre os servidores atingidos, aponta Néia Vieira alerta: "Hoje temos servidores de categorias técnicas que recebem um pouco mais de um salário mínimo, então como essas pessoas terão o valor de um plano privado descontado do pagamento. Isso só é possível porque tem um subsídio do estado no plano de saúde, se isso acontecer (privatização do Ipasgo) o servidor acabará tendo que migrar para o Sistema Único de Saúde, o que vai inclusive impactar o SUS".

Os moldes atuais do plano favorecem também a organização econômica das famílias abrangidas pelo plano, como afirma Maria Helena. "O plano é relevante para muitas famílias, porque ao descontar no salário, favorece a administração do dinheiro mensal e contribui para que as famílias tenham acesso a consultas mesmo no final do mês (momento que geralmente estamos sem dinheiro)".

Participação do Estado O parecer do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**), de acordo com o governo estadual, determinou que o Ipasgo deve ser convertido em pessoa jurídica de direito privado. Dessa forma, com o objetivo de corrigir uma inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores. Porém o Sindsaúde difere da interpretação que o estado tomou acerca da deliberação do **TCE**.

Sendo assim, Néia Vieira explica: "O Ipasgo basicamente tem sido garantido pelo valor que é descontado dos trabalhadores que é cerca de um bilhão e oitocentos milhões.

Esse valor é contado como se fizesse parte dos recursos do tesouro estadual e na verdade não é. Então um dos grandes problemas que o **TCE** apontou é que esse recursos contando como parte da da receita corrente líquida do estado. E ele não faz parte da receita corrente líquida".

Dessa forma, explicando que o Ipasgo é um benefício que apresenta uma porcentagem garantida por subsídio do estado e outra pelos próprios servidores sendo diretamente debitada dos salários.

Esta, foi incluída como Receita Corrente Líquida pelo Estado de **Goiás** como justificativa para a privatização.

Porém é uma receita dos servidores e não deve ser incluída neste cálculo.

Assim, ela explica o que o **TCE** deliberou: "Analisando inclusive o parecer do **TCE** e aquilo que foi colocado pelo governador. Que ao contrário do que disse o governador o **TCE** não determinou que houvesse a mudança ele deu duas alternativas, ou o governo transforma o Ipasgo em uma entidade pública de direito privado ou ele corrige os erros que estão acontecendo hoje.

Um deles é se apropriar da receita do estado do como receita corrente líquida". (Especial para O Hoje)

Site:
https://ohoje.com/public/imagens/fotos/amp/2023/04/Jornal-O-Hoje_2023_4_10.pdf

Mudanças no IPASGO foram discutidas e criticados em nova audiência na ALEGO

TAGS: **ALEGO**, Governo de **Goiás**, IPASGO, **TCE**-GO.

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2023/04/10/TVANHANGUERAAFTVGLOBOGOINIAGO-19.33.58-19.38.26-1681174818.mp4

Na Trilha da Política, com a jornalista política Cileide Alves

TAGS: Governo de **Goiás**, Ronaldo Caiado, Daniel Vilela, Secult **Goiás**, GOINFRA, Presente do **TCE**. Saulo Mesquita

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/audio/2023/04/10/RDIOCBNGOINIA971FMGOINIAGO-15.03.52-15.24.45-1681165641.mp3

Alteração do Ipasgo em debate

Audiência pública reúne autoridades estaduais, deputados, lideranças sindicais e servidores para debater a alteração no regime jurídico do Ipasgo e traz à tona discussão de novas alternativas.

A audiência pública a respeito da alteração de personalidade jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo), realizada na tarde desta segunda-feira, 10, lotou o auditório 2, no térreo da Assembleia Legislativa de **Goiás**, e foi marcada por amplas manifestações contrárias à mudança.

Compuseram a mesa de trabalhos o presidente da autarquia, Vinícius Luz; o secretário de Estado da Administração (Sead), Francisco Sérvulo, e o secretário de Saúde, Sérgio Vencio; a procuradora-geral do Estado, Juliana Prudente; e o representante do **TCE**-GO, Sérvio Túlio. Também participaram da audiência os deputados estaduais Bia de Lima (PT), Antônio Gomide (PT), Gustavo Sebba (PSDB), Jamil Calife (Progressistas) e Virmondes Cruvinel (UB), além do representante da deputada federal, Adriana Accorsi (PT). O presidente da Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto também esteve presente.

O presidente da autarquia, Vinícius Luz, primeiro a falar, defendeu a alteração de personalidade jurídica do Ipasgo, apresentando argumentos sobre a transformação em Serviço Social Autônomo (SSA), tutelado pelo Governo de **Goiás**, mas regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS). A mudança, argumentou Luz, não privatizaria a autarquia: "O Ipasgo não será privatizado porque privatização é o processo de venda de uma instituição para a iniciativa privada e não tem nenhum tipo de privatização neste contexto, não consta da minuta do projeto de lei, isso nunca esteve sequer na pauta, inclusive o Estado vai continuar indicando a diretoria".

O presidente do Ipasgo rebateu também outras críticas aventadas em relação à mudança. Não haveria, disse, reajuste todos os anos. Os serviços de odontologia e de home care, bem como o Programa de Apoio Social, não irão acabar, asseverou ainda.

"Atualmente a receita corrente líquida fica inflada porque, como autarquia, o Estado compõe o orçamento público e, dentre as alternativas para solucionar o problema, escolhemos a mudança para SSA, definindo assim o modus operandi e as obrigações do Ipasgo", afirmou. "No SSA, apesar do Estado continuar fazendo os descontos na folha normalmente, isso agora vai ser considerado um consignado, não computando como nova receita, atendendo a uma determinação do Tribunal de Contas, o que resolve a questão contábil do Estado", prosseguiu.

Luz argumentou ainda que a alteração permitiria que o Ipasgo ganhasse "um cardápio de cinco ou até dez" planos diferentes e não apenas o básico e o especial, como hoje. "E o usuário poderá agora escolher se vai querer co-participação ou não, o que é uma melhoria".

Contestações à mudança da personalidade jurídica

A defesa do presidente do Ipasgo foi contestada por Antônio Gomide, Bia de Lima, Gustavo Sebba e Mauro Rubem, assim como pela vereadora de **Goiânia** Kátia Maria (PT).

Gomide afirmou ser um erro o projeto de lei do Ipasgo não estar ainda tramitando na **Alego**: "Deveria já ter chegado aqui. Espero que o senhor, Vinícius Luz, não fique conhecido como aquele que acabou com o Ipasgo. Erros técnicos e de prestações de contas não devem servir de desculpa para acabar com a instituição", afirmou, complementando: "Seria muito melhor readequar os erros do que acabar com a autarquia, e essa é uma decisão **política** e não técnica, como admitiu o próprio **Tribunal de Contas do Estado** aqui mesmo na Assembleia Legislativa, em outra audiência pública".

Bia de Lima (PT), por sua vez, sugeriu um plebiscito que ouvisse os servidores usuários do Ipasgo. "Ouvir de verdade, não apenas fazendo audiência pública. O dinheiro do Ipasgo vem dos descontos na folha do servidor público. Peça ao governo, Vinicius Luz, que ouça as entidades, que ouça os servidores", disse, afirmando que os usuários da autarquia estão preocupados "porque a forma como tudo vem sendo feito é estranha. Vem a desculpa de que é uma mudancinha apenas, criando uma falsa expectativa".

O deputado Gustavo Sebba (PSDB), que preside a Comissão de Saúde da **Alego**, questionou, como Antônio Gomide, o fato de o projeto de lei da alteração de personalidade jurídica ainda não estar disponível. "O senhor Vinicius Luz disse que é preciso uma mudança, mas o projeto de lei ainda não está público para que possamos debatê-lo. Tivemos a venda do Hospital do Servidor e a grande preocupação é a alta dos preços, em especial se for regulamentado pela ANS, tornando o preço inviável para os usuários ,

apontou.

Sebba pontuou, ainda, que "o governo conduziu isso de uma forma preocupante, falando que estava atendendo uma decisão do **TCE**, mas o próprio **TCE** disse aqui, em audiência pública anterior, que é uma decisão **política** e não técnica".

A vereadora Kátia Maria (PT), presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de **Goiânia**, também defendeu a realização de um plebiscito. "Se o Ipasgo for desmontado, isso vai sobrecarregar o Sistema Único de Saúde (SUS), então é uma questão bem maior do que se imagina, por isso defendemos que o Ipasgo continue sendo uma autarquia", afirmou.

Defesas da alteração

O deputado Jamil Calife (Progressitas) defendeu a alteração da personalidade jurídica do Ipasgo sustentando que o governador **Ronaldo Caiado** (UB) está interessado em trazer mudanças positivas para o usuário do instituto. Ele argumentou que o usuário "tem razão em se preocupar, é importante que se debata as mudanças", mas ressalvou: "Precisamos de mais **política** séria e menos politicagem. É só aprofundar a leitura da minuta, ver a questão de fazer parte da Agência Nacional de Saúde (ANS) e observar que queremos melhorias para todos".

O secretário da Sead, Francisco Sérvulo, disse que o recurso do servidor não deveria integrar o orçamento do Estado. "O Ipasgo hoje é superavitário e os recursos do Ipasgo são recursos do servidor público, sendo, portanto, receitas privadas. E como a contribuição do servidor é um recurso privado, isso não deve integrar o orçamento do Estado", defendeu.

"Em dezembro de 2018", prosseguiu Sérvulo, "o Ipasgo chegou a atrasar repasses para instituições hospitalares de mais de oito meses, um fruto da má gestão da época. A partir de janeiro de 2019, foi totalmente regularizado o repasse, colocando em dia naquele ano os repasses dos recursos, portanto não há desvios de recursos ou desvios de finalidade desde então".

Criado há 61 anos, o Ipasgo tem 596.054 usuários, 3.089 prestadores credenciados em **Goiás**, 841 clínicas, hospitais e laboratórios, além de 161 convênios com prefeituras, câmaras e sindicatos, entre outros. O orçamento é de quase R$ 2 bilhões anuais e advém de recursos privados dos servidores públicos.

Presidente da **Alego**: "Usuários do Ipasgo e governo estão do mesmo lado"

O deputado Bruno Peixoto (UB), presidente da Assembleia, afirmou que os usuários do Ipasgo e o governo estão do mesmo lado na questão. Ele disse que não admitirá que o **TCE** jogue para o Estado ou para a **Alego** o problema do Ipasgo: "Tem um relatório, um parecer aqui, do **TCE**, que determina essas mudanças, transformando em pessoa jurídica do direito privado ou promover medida com potencial equivalente".

"Se o **TCE** disser que não determina mais", acrescentou o presidente da **Alego**, "quero que eles sejam mais claros o que significa 'medida com potencial equivalente'".

"Nós não estamos aqui armados", disse ainda Bruno Peixoto, afirmando que distintas alternativas quanto ao futuro do Ipasgo serão consideradas. "A audiência pública", enfatizou, "serve para juntos acharmos uma solução, não para comunicá-la".

O projeto de lei quanto à mudança da personalidade jurídica, afirmou, "só vai vir para a Assembleia quando esgotarmos todos os diálogos para juntos acharmos uma solução, achar uma alternativa junto ao **TCE**, com sintonia com o tribunal". Bruno Peixoto disse que recebeu hoje sugestões de deputados e já encaminhou para a Procuradoria do Estado para ser analisada a viabilidade da proposta.

O representante do **TCE**-GO presente à audiência, Sérvio Tulio, disse que "o **TCE** emitiu um parecer prévio, então carece de aprovação da **Alego** para ter uma eficácia jurídica. O tribunal tem competência para julgar as contas dos gestores públicos, cabe à Assembleia acatar ou não na íntegra o parecer do **TCE**".

"Nesse parecer prévio, o tribunal determina que as mudanças ocorram ainda este ano", prosseguiu, complementando. "Se o **TCE** coloca uma alternativa, é porque entende que é uma situação do Governo e essa recomendação vem sendo apontada há 10 anos".

A ausência do presidente do **TCE** na audiência, explicou Sérvio, deveu-se a questões de saúde.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131489/alteracao-do-ipasgo-em-debate

Presidente da Alego diz que novas propostas para o Ipasgo serão analisadas com cuidado

O presidente da **Alego**, deputado Bruno Peixoto (UB), voltou a reiterar que usuários do Ipasgo e Governo estão do mesmo lado e disse que qualquer solução que vier a ser apresentada e acatada pelo Tribunal de Contas de **Goiás** (**TCE**-GO), inclusive uma apresentada pelos deputados petistas Mauro Rubem e Bia de Lima, será analisada cuidadosamente. Se possível, peço para que o **TCE** analise isso em dois ou três dias, que responda com celeridade , completou Peixoto.

Na sequência, o deputado Mauro Rubem afirmou que é preciso arrumar uma solução para a questão do contábil, mas não que não envolva a transformação em Serviço Social Autônomo (SSA). Uma solução é copiar o projeto do Mato Grosso, que separou as receitas , apontou. Ele também disse que a Agência Nacional de Saúde é um regulador de quem vende plano de saúde e não dos usuários e que ser submetido a ela não é algo necessariamente bom.

As falas deles ocorrem em audiência pública que debate a alteração do regime jurídico do Ipasgo em um Serviço Social Autônomo (SSA), tutelado pelo Governo de **Goiás**, mas regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site:
https://portal.al.go.leg.br/noticias/131488/presidente-da-alego-diz-que-novas-propostas-para-o-ipasgo-serao-analisadas-com-cuidado

Representante da PGE também discursa em audiência que discute mudanças no Ipasgo

A representante da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-GO), Juliana Prudente, disse que a determinação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) deve ser aprovada pela **Alego** como todas as determinações até hoje foram aprovadas. Quando se diz que pode ser adotada uma outra medida alternativa, temos que relembrar todos os problemas relatados, inclusive a simetria no padrão de governança como entidade autárquica , apontou. Na verdade, o que eu acredito é que o Governo tem sim que adotar a recomendação ou determinação do **TCE** , completou.

A fala dela ocorre em audiência pública que discute mudanças no regime jurídico do Ipasgo e sugere transformar a instituição em um Serviço Social Autônomo (SSA), tutelado pelo Governo de **Goiás**, mas regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

Site:
https://portal.al.go.leg.br/noticias/131487/representante-da-pge-tambem-discursa-em-audiencia-que-discute-mudancas-no-ipasgo

Procuradora, representando a PGE, também discursa em audiência que discute mudanças no Ipasgo

A representante da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-GO), Juliana Prudente, disse que a determinação do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) deve ser aprovada pela **Alego** como todas as determinações até hoje foram aprovadas. Quando se diz que pode ser adotada uma outra medida alternativa, temos que relembrar todos os problemas relatados, inclusive a simetria no padrão de governança como entidade autárquica , apontou. Na verdade, o que eu acredito é que o Governo tem, sim, que adotar a recomendação ou determinação do **TCE** , completou.

A fala dela ocorre em audiência pública que discute mudanças no regime jurídico do Ipasgo e sugere transformar a instituição em um Serviço Social Autônomo (SSA), tutelado pelo Governo de **Goiás**, mas regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

Site:
https://portal.al.go.leg.br/noticias/131487/procuradora-representando-a-pge-tambem-discursa-em-audiencia-que-discute-mudancas-no-ipasgo

Representante do TCE diz que parecer do órgão precisa de aprovação da Alego para ter eficácia jurídica

O representante do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), Sérvio Tulio, ao fazer uso da palavra disse que o presidente do **TCE**, Saulo Mesquita não compareceu à audiência por questões de saúde. E por isso, ele responderia qual a medida equivalente as mudanças do Ipasgo que o **Tribunal de Contas do Estado** sugeriu ao Poder Executivo. O **TCE** emitiu um parecer prévio, então carece de aprovação da **Alego** para ter uma eficácia jurídica , afirmou Sérvio. O órgão tem competência para julgar as contas dos gestores públicos, cabe à Assembleia acatar ou não na íntegra o parecer do **TCE** , explicou.

Ele disse, ainda, que o **TCE** tem competência para aplicar multas aos gestores públicos. Mas que, na questão específica do Ipasgo, o parecer só tem eficácia jurídica se ele for aprovado pela **Alego**. Nesse parecer prévio, o tribunal determina que as mudanças ocorram ainda esse ano e se o **TCE** coloca uma alternativa é porque entende que é uma situação do Governo e essa recomendação vem sendo apontada há 10 anos , assinalou.

Site:
https://portal.al.go.leg.br/noticias/131486/representante-do-tce-diz-que-parecer-do-orgao-precisa-de-aprovacao-da-alego-para-ter-eficacia-juridica

Gustavo Sebba pede que projeto de lei do Ipasgo se torne público para ser debatido

O deputado Gustavo Sebba (PSDB), presidente da Comissão de Saúde da **Alego**, disse que a Assembleia Legislativa é o local do debate, da divergência, e que seria bom o Ipasgo participar de toda e qualquer audiência pública, inclusive as já realizadas. O senhor Vinicius Luz disse que é preciso uma mudança, mas o projeto de lei ainda não está público para que possamos debatê-lo, tivemos a venda do Hospital do Servidor e a grande preocupação é a alta dos preços, em especial se for regulamentado pela ANS, tornando o preço inviável para os usuários , apontou. O governo conduziu isso de uma forma preocupante, falando que estava atendendo uma decisão do **TCE**, mas o próprio **TCE** disse aqui, em audiência pública anterior, que é uma decisão política e não técnica , completou.

A fala do deputado ocorre em audiência pública para debater a transformação do Ipasgo em um Serviço Social Autônomo (SSA), tutelado pelo Governo de **Goiás**, mas regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131478/gustavo-sebba-pede-que-projeto-de-lei-do-ipasgo-se-torne-publico-para-ser-debatido

Gomide faz uso da palavra durante audiência sobre mudanças no Ipasgo

O deputado Antônio Gomide (PT) disse que é um erro o projeto de lei do Ipasgo não estar ainda tramitando na **Alego**. Deveria já ter chegado aqui, espero que senhor, Vinícius Luz, não fique na história conhecido como aquele que acabou com o Ipasgo, erros técnicos e de prestações de contas não devem servir de desculpa para acabar com a instituição. Seria muito melhor readequar os erros do que acabar com a autarquia e essa é uma decisão política e não técnica, como admitiu o próprio **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) aqui mesmo na Assembleia Legislativa, em outra audiência pública , afirmou o parlamentar.

A fala de Gomide ocorre em audiência pública realizada na tarde dessa segunda-feira, 10, sobre mudanças no regime jurídico do Ipasgo que sugere transformar a autarquia em um Serviço Social Autônomo (SSA), tutelado pelo governo de **Goiás**, mas regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131474/gomide-faz-uso-da-palavra-durante-audiencia-sobre-mudancas-no-ipasgo

Autoridades marcam presença em audiência sobre o Ipasgo

Na audiência pública que discute a mudança do regime jurídico do Ipasgo, realizada na tarde desta segunda-feira, 10, na **Alego**, compõem a mesa de trabalhos o presidente da autarquia, Vinícius Luz; o Secretário de Estado da Administração (Sead), Francisco Sérvulo, e o de Saúde, Sérgio Vencio; a procuradora do Estado, Juliana Prudente; e o representante do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), Sérvio Túlio.

Também estão presentes na audiência, os deputados Antônio Gomide e Bia de Lima e a deputada federal Delegada Adriana Accorsi, os três integrantes do PT.

Site:
https://portal.al.go.leg.br/noticias/131471/autoridades-marcam-presenca-em-audiencia-sobre-o-ipasgo

Privatização do Ipasgo pode acarretar custos altos aos servidores

kamilla

Em 22 de março, o Governo Estadual de **Goiás** apresentou uma proposta para mudar a natureza jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). Nesse sentido, deixando de ser uma autarquia para se tornar um Serviço Social Autônomo (SSA), regido pelas normas da Agência Nacional de Saúde (ANS), que poderá determinar, inclusive, um percentual anual de reajuste, sem discussão com os usuários. Porém essa mudança não agrada os servidores que utilizam os benefícios do órgão, o que tem gerado inúmeras discussões sobre o assunto.

A privatização do órgão, pode gerar consequências que não estarão em consonância aos salários estabelecidos pelo estado aos servidores. Porém a modificação que está para ocorrer é articulada pela administração do instituto que tem evitado o diálogo com os trabalhadores, que anseiam por serem ouvidos.

Nesse sentido, explica a vice-presidente em exercício e futura presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde de **Goiás** (Sindsaúde), Néia Vieira, sobre a ausência de representação do Ipasgo em assembleias públicas. "Na verdade, o presidente do IPASGO deu uma justificativa que não havia comparecido, porque estavam tratando da privatização do IPASGO. Ora, se ele acredita que não é privatização, o papel do presidente do Ipasgo é comparecer às audiências públicas e levar as justificativas". Ademais," não é simplesmente deixar de ir às audiências públicas", completou ela.

Para os usuários do plano oferecido pelo Ipasgo, é por meio do diálogo que as demandas são apresentadas aqueles que deliberaram sobre os benesses. Como afirma a servidora Maria Helena Gomes, funcionária estadual desde 1982. "Quando o servidor é ouvido, as organizações podem tomar decisões que facilitam verdadeiramente a vida dessas pessoas, ao escutar a realidade e poderem fazer modificações que melhorem o serviço".

Assim sendo, o presidente do Ipasgo, Vinicius Luz, tem defendido que a mudança não significa uma privatização, entretanto não apresentou argumentação com os servidores. Mas explicou no anúncio da proposta: "A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança".

Nesta segunda-feira (12), às 15 horas, na **Alego** ocorrerá mais uma Audiência Pública, desta vez promovida pela Deputada Estadual Bia de Lima, contra a privatização do instituto. Esta é mais uma das várias tentativas de conversação sobre o que está para ser deliberado acerca do plano.

Mudanças

A remodelação que mais preocupa os servidores está relacionada ao aumento da participação financiada por eles. Como aponta Maria Helena Gomes, "Com a mudança da administração certamente haverá uma cobrança extra que será descontada no salário dos servidores e dessa forma, o dinheiro mensal (que já é pouco) vai ficar ainda menor".

Sobre isso, a vice-presidente do Sindsaúde explicou o que pode ocorrer. "Eu acho que o principal problema que os servidores públicos vão encontrar é que o valor do plano de saúde não caberá mais no bolso deles. Em decorrência disso ela explica: "Os reajustes feitos pela da ANS são feitos anualmente, seguem os índices inflacionários vai ser diferente do que para usualmente é praticado pelo IPASGO que tem uma tabela própria e uns valores de reajustes normalmente se dão de acordo com aquilo que é feito pelo estado e que está de acordo com os reajustes feitos ao servidor público".

Além disso outros benefícios que os servidores têm podem ser perdidos, "Pelas regras da ANS alguns dos procedimentos que hoje são cobertos pelo IPASGO e que não tem custo para o usuário como por exemplo tratamento oncológico e domiciliar eles passam a ser cobrados pela tabela da ANS". Dessa forma alterando a cobertura do plano.

Para os servidores usufruírem do Ipasgo, uma contribuição tem sido implicada a eles, e uma vez que há diversos cargos os quais esses ocupam, as contribuições são diversas e proporcionais a seus pagamentos. Caso o instituto seja privatizado está modelação toma uma nova direção.

Sobre os servidores atingidos, aponta Néia Vieira alerta: "Hoje temos servidores de categorias técnicas que recebem um pouco mais de um salário mínimo, então como essas pessoas terão o valor de um plano privado descontado do pagamento. Isso só é possível porque tem um subsídio do estado no plano de saúde, se isso acontecer (privatização do Ipasgo) o servidor acabará tendo que migrar para o Sistema Único de Saúde, o que vai inclusive impactar o SUS".

Os moldes atuais do plano favorecem também a organização econômica das famílias abrangidas pelo plano, como afirma Maria Helena. "O plano é relevante para muitas famílias, porque ao descontar no salário, favorece a administração do dinheiro mensal e contribui para que as famílias tenham acesso a consultas mesmo no final do mês (momento que geralmente estamos sem dinheiro)".

Participação do Estado

O parecer do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**), de acordo com o governo estadual, determinou que o Ipasgo deve ser convertido em pessoa jurídica de direito privado. Dessa forma, com o objetivo de corrigir uma inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores. Porém o Sindsaúde difere da interpretação que o estado tomou acerca da deliberação do **TCE**.

Sendo assim, Néia Vieira explica: "O Ipasgo basicamente tem sido garantido pelo valor que é descontado dos trabalhadores que é cerca de um bilhão e oitocentos milhões. Esse valor é contado como se fizesse parte dos recursos do tesouro estadual e na verdade não é. Então um dos grandes problemas que o **TCE** apontou é que esse recursos contando como parte da da receita corrente líquida do estado. E ele não faz parte da receita corrente líquida".

Dessa forma, explicando que o Ipasgo é um benefício que apresenta uma porcentagem garantida por subsídio do estado e outra pelos próprios servidores sendo diretamente debitada dos salários. Esta, foi incluída como Receita Corrente Líquida pelo Estado de **Goiás** como justificativa para a privatização. Porém é uma receita dos servidores e não deve ser incluída neste cálculo.

Assim, ela explica o que o **TCE** deliberou: "Analisando inclusive o parecer do **TCE** e aquilo que foi colocado pelo governador. Que ao contrário do que disse o governador o **TCE** não determinou que houvesse a mudança ele deu duas alternativas, ou o governo transforma o Ipasgo em uma entidade pública de direito privado ou ele corrige os erros que estão acontecendo hoje. Um deles é se apropriar da receita do estado do como receita corrente líquida".

Fonte: O Hoje

Site: https://lancegoias.com.br/2023/04/10/privatizacao-do-ipasgo-pode-acarretar-custos-altos-aos-servidores/

Goiás sediará Simpósio Nacional de Educação - V SINED

O V Simpósio Nacional de Educação, que ocorrerá entre os dias 10 e 12 de maio em **Goiânia**, na sede do **TCE**-GO, contará com as presenças de renomados palestrantes que discutirão os desafios e meios para melhorar a educação no Brasil após o período crítico com reflexos negativos causados pela pandemia. A realização é do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio de seu Comitê Técnico de Educação, do **TCE**-GO e do TCMGO com o apoio da ATRICON, CNPTC e ABRACOM. O evento reunirá autoridades, especialistas e gestores de diferentes regiões brasileiras.

Entre os palestrantes confirmados, estão os professores Anderson Soares (UFG), Lara Simielli (FGV), Fernando Filgueiras (UFG), Thiago Alves (UFG), Leomir Ferreira de Araújo (FNDE), Olavo Nogueira Filho (Todos pela Educação), Mariza Abreu (CNM), Fernanda Marques (Movimento Colabora), Guilherme Lichand (Universidade de Stanford e Universidade de Zurique), Cláudia Costin (FGV) e Laís de Figueiredo Lopes (OAB-S).

Também falarão no Simpósio os conselheiros Paulo Curi (**TCE**-RO Mediador), Edson Ferrari (**TCE**-GO), Cláudio Terrão **TCE**-MG (Coordenação), Rodrigo Coelho (**TCE**-ES), Ivens Linhares **TCE**-PR (Coordenação) e Dóris Coutinho - **TCE**-TO (Coordenadora) , além de Fátima Gavioli (titular da SEDUC-GO).

Inscrições e mais informações: https://tcm.go.gov.br/sophos/

Assessoria de Comunicação da AGM

Fonte: ECM GO

Site: https://www.agm-go.org.br/goias-sediara-simposio-nacional-de-educacao-v-sined/

Autoridades marcam presença em audiência sobre o Ipasgo

Na audiência pública que discute a mudança do regime jurídico do Ipasgo, realizada na tarde desta segunda-feira, 10, na **Alego**, compõem a mesa de trabalhos o presidente da autarquia, Vinícius Luz; o secretário de Estado da Administração (Sead), Francisco Sérvulo, e o de Saúde, Sérgio Vencio; a representante da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-GO), Juliana Prudente; e o representante do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), Sérvio Túlio.

Também estão presentes na audiência os deputados Antônio Gomide e Bia de Lima e a deputada federal Delegada Adriana Accorsi, os três integrantes do PT. Participam, ainda, os parlamentares Gustavo Sebba (PSDB), Jamil Calife (Progressistas) e Virmondes Cruvinel (UB).

Site: https://brasilemfolhas.com/2023/04/10/autoridades-marcam-presenca-em-audiencia-sobre-o-ipasgo/

Gomide faz uso da palavra durante audiência sobre mudanças no Ipasgo

O deputado Antônio Gomide (PT) disse que é um erro o projeto de lei do Ipasgo não estar ainda tramitando na **Alego**. "Deveria já ter chegado aqui, espero que senhor, Vinícius Luz, não fique na história conhecido como aquele que acabou com o Ipasgo, erros técnicos e de prestações de contas não devem servir de desculpa para acabar com a instituição. Seria muito melhor readequar os erros do que acabar com a autarquia e essa é uma decisão política e não técnica, como admitiu o próprio **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**-GO) aqui mesmo na Assembleia Legislativa, em outra audiência pública", afirmou o parlamentar.

A fala de Gomide ocorre em audiência pública realizada na tarde desta segunda-feira, 10, sobre mudanças no regime jurídico do Ipasgo que sugere transformar a autarquia em um Serviço Social Autônomo (SSA), tutelado pelo Governo de **Goiás**, mas regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

Site: https://brasilemfolhas.com/2023/04/10/gomide-faz-uso-da-palavra-durante-audiencia-sobre-mudancas-no-ipasgo/

Presidente da Alego diz que novas propostas para o Ipasgo serão analisadas com cuidado

O presidente da **Alego**, deputado Bruno Peixoto (UB), voltou a reiterar que usuários do Ipasgo e Governo estão do mesmo lado e disse que qualquer solução que vier a ser apresentada e acatada pelo Tribunal de Contas de **Goiás** (**TCE**-GO), inclusive uma apresentada pelos deputados petistas Mauro Rubem e Bia de Lima, será analisada cuidadosamente. "Se possível, peço para que o **TCE** analise isso em dois ou três dias, que responda com celeridade", completou Peixoto.

Na sequência, o deputado Mauro Rubem afirmou que é preciso arrumar uma solução para a questão do contábil, mas não que não envolva a transformação em Serviço Social Autônomo (SSA). "Uma solução é copiar o projeto do Mato Grosso, que separou as receitas", apontou. Ele também disse que a Agência Nacional de Saúde é um regulador de quem vende plano de saúde e não dos usuários e que ser submetido a ela não é algo necessariamente bom.

As falas deles ocorrem em audiência pública que debate a alteração do regime jurídico do Ipasgo em um Serviço Social Autônomo (SSA), tutelado pelo Governo de **Goiás**, mas regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Saúde (ANS).

Site: https://brasilemfolhas.com/2023/04/10/presidente-da-alego-diz-que-novas-propostas-para-o-ipasgo-serao-analisadas-com-cuidado/

Audiência Pública governista: deputado Antônio Gomide (PT) desmente Vinicius Luz: "governo Caiado será o coveiro do Ipasgo"

O deputado Antônio Gomide (PT) desmentiu o presidente do Ipasgo, Vinicius Luz, durante a Audiência Pública governista sobre a privatização do Instituto.

O parlamentar mostrou a verdade sobre as opções apresentadas pelo **Tribunal de Contas do Estado**, e que em vez de mudar o Ipasgo de autarquia para privado, o governo deveria acatar a opção de deixar de meter a mão no dinheiro dos usuários.

Gomide terminou sua fala destacando que Caiado será o coveiro do Ipasgo.

Site: https://goias24horas.com.br/185492-audiencia-publica-governista-deputado-antonio-gomide-pt-desmente-vinicius-luz-governo-caiado-sera-o-coveiro-do-ipasgo/

Audiência Pública governista: Bia de Lima detona Vinicius Luz, "como será o próximo cartel do Ipasgo?"

A deputada Bia de Lima (PT) disse durante a Audiência Pública governista sobre a privatização do Ipasgo na Assembleia Legislativa, nesta segunda-feira (10), que se decepcionou em ver o ex-prefeito de sua cidade, Vinicius Luz, defendendo a pauta do governo Caiado de privatizar o Ipasgo. Quando na verdade a questão seria resolvida se o dinheiro do Ipasgo não fosse desviado.

A parlamentar propôs um plebiscito para ouvir os usuários do Ipasgo e ver se eles querem ou não a privatização. Bia desmentiu Vinicius Luz, que afirmou anteriormente que o Ipasgo não será privatizado. "Se transformar em privado não é privatizar, o que é então?" perguntou.

Bia afirmou que os servidores são contra a decisão de Caiado, que usa o **Tribunal de Contas do Estado** para justificar a sua decisão como se fosse uma determinação do TCE. "Queremos saber qual é o próximo cartel que vai assumir o Ipasgo", disse.

Site: https://goias24horas.com.br/185494-audiencia-publica-governista-bia-de-lima-detona-vinicius-luz-como-sera-o-proximo-cartel-do-ipasgo/

Audiência Pública governista: Gustavo Sebba detona Vinicius Luz por fugir do debate, "falta de respeito com os 41 deputados e os usuários"

O deputado estadual Gustavo Sebba (PSDB) usou a palavra durante a Audiência Pública convocada pelo governo, nesta segunda-feira (10) na Assembleia Legislativa para questionar a postura do governo Caiado na tentativa de privatizar o Ipasgo.

O parlamentar foi aplaudido quando criticou o presidente Vinicius Luz por ter faltado a Audiência Pública que contou com a presença do presidente do **Tribunal de Contas do Estado**, Saulo Marques, na última semana: "falta de respeito com os 41 deputados dessa casa. Falta de respeito com o TCE e com os representantes dos servidores", detonou.

Gustavo lembrou que é 'falácia' do governo afirmar que o TCE 'determinou' a conversão do Ipasgo em privado como se fosse a única saída: "o presidente do TCE apresentou alternativas. Pra mim é aberração a Secretaria da Economia se apoderar do dinheiro dos servidores e não repassar para o Ipasgo. A decisão é política. Se Caiado vai vender mesmo o Ipasgo ou não", disse Gustavo ao solicitar a consulta formal aos servidores. "Estou com mais da metade dos servidores. Vamos perguntar os donos do Ipasgo. Que possa prevalecer a democracia", disse.

Site: https://goias24horas.com.br/185505-audiencia-publica-governista-gustavo-sebba-detona-vinicius-luz-por-fugir-do-debate-falta-de-respeito-com-os-41-deputados-e-os-usuarios/

Não aguentou a pressão: Bruno Peixoto sinaliza para recuo do governo na privatização do Ipasgo

O deputado Bruno Peixoto (UB), presidente da Assembleia Legislativa, participou da Audiência Pública na nesta segunda-feira (10), e foi bastante criticado durante sua primeira fala ao afirmar que a conversão do Ipasgo em privado foi uma "determinação" do **tribunal de Contas do Estado**.

Servidores presentes pediram para o presidente ler a determinação completa, não apenas pela metade, assim como o governo, retirando o trecho que lhe é útil. Bruno aceitou a sugestão e reconheceu que foram colocadas duas alternativas. "Se o TCE disser que não determina mais", acrescentou o presidente da **Alego**, "quero que eles sejam mais claros, o que significa 'medida com potencial equivalente?" Neste momento começou a recuar.

Na última semana houve uma Audiência Pública com a presença do presidente do Tribunal, Saulo Marques, que explicou que a alternativa é simples: 'deixar de usar o dinheiro do Ipasgo para tapar contas do governo e realizar o concurso público do Ipasgo'.

O deputado Mauro Rubem afirmou que é preciso arrumar uma solução para a questão do contábil, mas não que não envolva a transformação em Serviço Social Autônomo (SSA). "Uma solução é copiar o projeto do Mato Grosso, que separou as receitas", apontou. Ele também disse que a Agência Nacional de Saúde é um regulador de quem vende plano de saúde e não dos usuários e que ser submetido a ela não é algo necessariamente bom.

Diante do debate, Bruno mudou completamente o tom do discurso. Recuou e demonstrou que Caiado está encurralado e vai ter que voltar atrás. A Audiência Pública terminou com o pedido do presidente da Assembleia: "se possível, peço para que o TCE analise isso em dois ou três dias, que responda com celeridade sobre a alternativa e nos receba amanhã", disse Bruno.

Site: https://goias24horas.com.br/185513-nao-aguentou-a-pressao-bruno-peixoto-sinaliza-para-recuo-do-governo-na-privatizacao-do-ipasgo/

Privatização do Ipasgo pode acarretar custos altos aos servidores

Em 22 de março, o Governo Estadual de **Goiás** apresentou uma proposta para mudar a natureza jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). Nesse sentido, deixando de ser uma autarquia para se tornar um Serviço Social Autônomo (SSA), regido pelas normas da Agência Nacional de Saúde (ANS), que poderá determinar, inclusive, um percentual anual de reajuste, sem discussão com os usuários. Porém essa mudança não agrada os servidores que utilizam os benefícios do órgão, o que tem gerado inúmeras discussões sobre o assunto.

A privatização do órgão, pode gerar consequências que não estarão em consonância aos salários estabelecidos pelo estado aos servidores. Porém a modificação que está para ocorrer é articulada pela administração do instituto que tem evitado o diálogo com os trabalhadores, que anseiam por serem ouvidos.

Nesse sentido, explica a vice-presidente em exercício e futura presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde de **Goiás** (Sindsaúde), Néia Vieira, sobre a ausência de representação do Ipasgo em assembleias públicas. "Na verdade, o presidente do IPASGO deu uma justificativa que não havia comparecido, porque estavam tratando da privatização do IPASGO. Ora, se ele acredita que não é privatização, o papel do presidente do Ipasgo é comparecer às audiências públicas e levar as justificativas". Ademais," não é simplesmente deixar de ir às audiências públicas", completou ela.

Para os usuários do plano oferecido pelo Ipasgo, é por meio do diálogo que as demandas são apresentadas aqueles que deliberaram sobre os benesses. Como afirma a servidora Maria Helena Gomes, funcionária estadual desde 1982. "Quando o servidor é ouvido, as organizações podem tomar decisões que facilitam verdadeiramente a vida dessas pessoas, ao escutar a realidade e poderem fazer modificações que melhorem o serviço".

Assim sendo, o presidente do Ipasgo, Vinicius Luz, tem defendido que a mudança não significa uma privatização, entretanto não apresentou argumentação com os servidores. Mas explicou no anúncio da proposta: "A transformação da natureza jurídica, deixando de ser autarquia, um órgão público, passando a ser um serviço autônomo de natureza privada, não quer dizer privatização. O Estado continua tendo governança".

Nesta segunda-feira (12), às 15 horas, na **Alego** ocorrerá mais uma Audiência Pública, desta vez promovida pela Deputada Estadual Bia de Lima, contra a privatização do instituto. Esta é mais uma das várias tentativas de conversação sobre o que está para ser deliberado acerca do plano.

Mudanças

A remodelação que mais preocupa os servidores está relacionada ao aumento da participação financiada por eles. Como aponta Maria Helena Gomes, "Com a mudança da administração certamente haverá uma cobrança extra que será descontada no salário dos servidores e dessa forma, o dinheiro mensal (que já é pouco) vai ficar ainda menor".

Sobre isso, a vice-presidente do Sindsaúde explicou o que pode ocorrer. "Eu acho que o principal problema que os servidores públicos vão encontrar é que o valor do plano de saúde não caberá mais no bolso deles. Em decorrência disso ela explica: "Os reajustes feitos pela da ANS são feitos anualmente, seguem os índices inflacionários vai ser diferente do que para usualmente é praticado pelo IPASGO que tem uma tabela própria e uns valores de reajustes normalmente se dão de acordo com aquilo que é feito pelo estado e que está de acordo com os reajustes feitos ao servidor público".

Além disso outros benefícios que os servidores têm podem ser perdidos, "Pelas regras da ANS alguns dos procedimentos que hoje são cobertos pelo IPASGO e que não tem custo para o usuário como por exemplo tratamento oncológico e domiciliar eles passam a ser cobrados pela tabela da ANS". Dessa forma alterando a cobertura do plano.

Para os servidores usufruírem do Ipasgo, uma contribuição tem sido implicada a eles, e uma vez que há diversos cargos os quais esses ocupam, as contribuições são diversas e proporcionais a seus pagamentos. Caso o instituto seja privatizado está modelação toma uma nova direção.

Sobre os servidores atingidos, aponta Néia Vieira

alerta: "Hoje temos servidores de categorias técnicas que recebem um pouco mais de um salário mínimo, então como essas pessoas terão o valor de um plano privado descontado do pagamento. Isso só é possível porque tem um subsídio do estado no plano de saúde, se isso acontecer (privatização do Ipasgo) o servidor acabará tendo que migrar para o Sistema Único de Saúde, o que vai inclusive impactar o SUS".

Os moldes atuais do plano favorecem também a organização econômica das famílias abrangidas pelo plano, como afirma Maria Helena. "O plano é relevante para muitas famílias, porque ao descontar no salário, favorece a administração do dinheiro mensal e contribui para que as famílias tenham acesso a consultas mesmo no final do mês (momento que geralmente estamos sem dinheiro)".

Participação do Estado

O parecer do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**), de acordo com o governo estadual, determinou que o Ipasgo deve ser convertido em pessoa jurídica de direito privado. Dessa forma, com o objetivo de corrigir uma inadequação relativa à Receita Corrente Líquida (RCL), que contabiliza os descontos feitos em folha de pagamento dos servidores. Porém o Sindsaúde difere da interpretação que o estado tomou acerca da deliberação do **TCE**.

Sendo assim, Néia Vieira explica: "O Ipasgo basicamente tem sido garantido pelo valor que é descontado dos trabalhadores que é cerca de um bilhão e oitocentos milhões. Esse valor é contado como se fizesse parte dos recursos do tesouro estadual e na verdade não é. Então um dos grandes problemas que o **TCE** apontou é que esse recursos contando como parte da da receita corrente líquida do estado. E ele não faz parte da receita corrente líquida".

Dessa forma, explicando que o Ipasgo é um benefício que apresenta uma porcentagem garantida por subsídio do estado e outra pelos próprios servidores sendo diretamente debitada dos salários. Esta, foi incluída como Receita Corrente Líquida pelo Estado de **Goiás** como justificativa para a privatização. Porém é uma receita dos servidores e não deve ser incluída neste cálculo.

Assim, ela explica o que o **TCE** deliberou: "Analisando inclusive o parecer do **TCE** e aquilo que foi colocado pelo governador. Que ao contrário do que disse o governador o **TCE** não determinou que houvesse a mudança ele deu duas alternativas, ou o governo transforma o Ipasgo em uma entidade pública de direito privado ou ele corrige os erros que estão acontecendo hoje. Um deles é se apropriar da receita do estado do como receita corrente líquida".

Site:
https://ohoje.com/noticia/cidades/n/1491932/t/privatizacao-do-ipasgo-pode-acarretar-custos-altos-aos-servidores/

Audiência pública recebe autoridades do Estado para debate sobre regime jurídico

O presidente da **Alego**, deputado Bruno Peixoto (UB), solicitou hoje, em audiência pública encerrada há pouco, que o **TCE** analise, com celeridade, em até três dias, as alternativas apresentadas por parlamentares e entidades representativas dos servidores públicos para a questão envolvendo a alteração do regime jurídico do Ipasgo . Recomendação do Tribunal ao governo de **Goiás** é de transformação do Instituto em Serviço Social Autônomo (SSA).

Para assistir a íntegra da audiência, clique aqui .

Dentre as propostas sugeridas como saída para a questão contábil da autarquia estão a adoção de modelo semelhante ao do estado do Mato Grosso, que resultaria na separação da receita do instituto da receita líquida do Estado; e a realização de um plebiscito para ouvir usuários e entidades sobre o tema.

Compuseram a mesa de trabalhos o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz; o secretário de Estado da Administração (Sead), Francisco Sérvulo, e o de Saúde, Sérgio Vencio; a representante da Procuradoria-Geral do Estado (PGE-GO), Juliana Prudente; e o representante do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), Sérvio Túlio.

Participaram do debate os deputados estaduais Antônio Gomide, Mauro Rubem, Bia de Lima, Gustavo Sebba, Jamil Calife e Virmondes Cruvinel e a deputada federal Adriana Accorsi.

Site: https://sindjustica.com/2023/04/10/audiencia-publica-recebe-autoridades-do-estado-para-debate-sobre-regime-juridico/

Alteração da LOA 2023 é objeto de veto parcial do Governo

Por Redação Tribuna do Planalto

A proposta, que altera a Lei n° 21.527/22, dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2023 teve parte de seu conteúdo vetado pelo governo estadual. A proposta recebeu duas emendas durante análise na Assembleia Legislativa de **Goiás**.

A emenda objeto do veto pretendeu estabelecer um mecanismo para que os autores de emendas individuais pudessem ajustar sua execução, independentemente de terem sido reeleitos. Em sua justificativa, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) alegou que a correlação entre a execução da emenda impositiva e a legitimidade conferida ao respectivo autor ficariam prejudicadas, desrespeitando o princípio republicano previsto na Constituição Federal.

Já a outra emenda parlamentar foi mantida pela governadoria. Esta emenda adiciona três novos itens referentes a acréscimos de despesas com pessoal, referentes ao **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO) e ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO).

O veto parcial tramita pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação e, posteriormente, segue para apreciação do plenário da **Alego**.

Site: https://tribunadoplanalto.com.br/alteracao-da-loa-2023-e-objeto-de-veto-parcial-do-governo/